



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p81-98>

A Literatura Mítica e o Estado: Os Arquétipos da Racionalidade Ético-civilizatória

Mythic Literature and the State: The Archetypes of Ethical-Civilizing Rationality

Romilson Silva Sousa*

Resumo

A grande mortalidade de negros e pobres em nossa contemporaneidade, abre uma reflexão sobre a vida, a ética e a justiça e suas relações com a necropolítica nos forçando a repensar o Estado e sua racionalidade ético-civilizatória (SOUSA, 2020b). Compreender o Estado, a Ciência Política e seus arquétipos é necessário para entendermos as origens das relações de poder e as relações étnico-raciais que marcaram e marcam a formação e a reprodução da iniquidade na história da raça humana. Denunciada pela literatura marginal dos pesquisadores e intelectuais negros (SOUZA, 2000) a literatura oficial carece de suplementação de outras perspectivas. Considerando que apesar de tradições historiográficas diferentes, tanto para Nietzsche como para Foucault e Paul Ricoeur, a verdade é histórica, pensar a interdisciplinaridade entre história, filosofia e literatura, implica em construir um tipo de genealogia das relações de poder sob a ótica de uma ética que é civilizatória e epistêmica. Considerando que as narrativas míticas podem recompor um saber eticamente comprometido com novas epistemologias e novas perspectivas interpretativas. Deste modo a importância da literatura mítica (SOUSA, 2020, 2020b) para a recomposição epistemológica de discursos na literatura bíblica. Uma pergunta foi o ponto de partida: quais as contribuições da literatura mítica para a compreensão da Ciência Política? Nosso objetivo então foi identificar aspectos da literatura mítica capaz de contribuir para uma outra interpretação para a ciência política. Tivemos por objetivos específicos: compreender a razão e a racionalidade de estado; analisar a racionalidade ético-civilizatória no Estado; identificar o papel dos arquétipos na literatura mítica e suas contribuições para a formação do Estado. Partindo dos processos de formação histórico-cultural e da dialética presente nas relações étnico-raciais nas racionalidades ético-civilizatórias, a literatura mítica (SOUSA, 2020) utilizamos como referências principais no estudo da cultura e civilização egípcia: Camara (2011), Diop (1974, 1991, 2014). Serviram também como fonte de pesquisa bibliográfica

* Doutor em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Sanitarista com experiência de mais de 15 anos em consultoria e assessoria no SUS; Presidente da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia, Líder do Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq – CEDIC - Ações Afirmativas e Etnicidades, trabalhando com as linhas de pesquisa: Ciência, Educação e Religiosidades. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6692-8843>. Contato: romilson.uneb@hotmail.com.



a literatura bíblica e a egípcia. Utilizamos uma metodologia baseada na bricolagem (KINCHELOE & BERRY, 2007). Sugerimos em nosso trabalho sugere a necessidade de considerarmos a literatura mítica na análise das relações entre poder e o Estado, a partir dessa literatura como um lócus epistêmico para a outra compreensão da materialidade teoria do Estado.

Palavras-chave: Estado. Literatura Mítica. Racionalidade Ético-civilizatória. Arquétipos.



Abstract

The high mortality of blacks and the poor in our contemporaneity opens a reflection on life, ethics and justice and its relations with the necropolitics, forcing us to rethink the State and its ethical-civilizing rationality (SOUSA, 2020b). Understanding the State, Political Science and its archetypes is necessary to understand the origins of power relations and the ethnic-racial relations that have marked and mark the formation and reproduction of inequity in the history of the human race. Denounced by the marginal literature of black researchers and intellectuals (SOUZA, 2000), the official literature needs supplementation from other perspectives. Considering that despite different historiographical traditions, both for Nietzsche and for Foucault and Paul Ricoeur, the truth is historical, thinking about the interdisciplinarity between history, philosophy and literature, implies building a kind of genealogy of power relations from the perspective of an ethics which is civilizing and epistemic. Considering that mythic narratives can recompose knowledge ethically committed to new epistemologies and new interpretative perspectives. Thus, the importance of mythical literature (SOUSA, 2020, 2020b) for the epistemological recomposition of discourses in biblical literature. One question was the starting point: what are the contributions of mythical literature to the understanding of Political Science? Our aim, then, was to identify aspects of mythical literature capable of contributing to another interpretation for political science. We had for specific objectives: to understand the reason and rationality of state; to analyze the ethical-civilizing rationality in the State; to identify the role of archetypes in mythical literature and their contributions to the formation of the State. Starting from the processes of cultural historical formation and the dialectic present in the ethnic-racial relations in the ethical-civilizing rationalities, the mythical literature (SOUSA, 2020) we used as main references in the study of Egyptian culture and civilization: Camara (2011), Diop (1974, 1991, 2014). Biblical and Egyptian literature also served as a source of bibliographic research. We use a methodology based on DIY (KINCHELOE & BERRY, 2007). We suggest in our work suggests the need to consider mythical literature in the analysis of the relations between power and the State, from that literature as an epistemic locus for the other understanding of the State theory materiality.

Keywords: State. Mythic Literature. Ethical-civilizing Rationality. Archetypes.

Introdução

A banalidade da vida expressas na relação com as “Vidas Negras” evidencia uma racionalidade ético-civilizatória de um Estado, de reis perversos e opressores, sua eticidade e Etnicidades, oriundas de processos históricos e pré-históricos. A textualidade bíblica negrita constantemente a insatisfação de Deus por estes governantes e seu povo, como no caso dos assírios. A história da formação do Estado europeu e asiático, onde a vida do outro não tinha importância, onde a escassez e a luta por sobrevivência geraram um período de extrema agressividade, violências e crueldade, acompanhou a colonização brasileira e a trajetória do Estado até a nossa contemporaneidade (SOUSA, 2020, 2020b).

Apesar das reflexões de Platão e Aristóteles sobre a “justa medida”, para uma “Cidade Justa” a democracia nas “polis” gregas não representavam o sentido de equidade e universalidade de direitos. A origem das cidades e suas variações e significados, inclusive na textualidade bíblica, sinalizam para outras interpretações para o termo latino “Civitas” e sua relação com a ideia de civilização.

Considerando um conjunto de variações da ideia de cidade tais como: aldeia, arraial, cidadania, cidade, comarca, condado, continente, departamento, distrito, estado, império, município, país, povoado, província, reino, território, vila. Pensar a cidade e sua origem etimologia e na textualidade bíblica (Gênesis 4:17) nos levou a construir, em nosso percurso, uma concepção de civilização. Concepção essa que marcar o caráter excludente, hierárquico, agressivo e desagregador do arquétipo de Caim na narrativa mítica do Éden.

Mirar a verdadeira face do Estado brasileiro, marcadamente, colonialista, machista, homofóbico, racista, sexista, xenofóbico e genocida, fez emergir a necessidade de problematizar sua ancestralidade perversa, ímpia, iníqua e (des)equilibrada na literatura mítica. Deste modo, (re)visitar a materialidade histórico-filosófica da literatura bíblica, foi reconstruir as interpretações de suas textualidades, agora suplementada pela referência epistêmica do ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico (SOUSA, 2020).

Com seu sistema ético pautado na xenofobia e no outro como inimigo, a lógica do caçador e guerreiro em personagens bíblicos contrastam com um outro sistema ético pautado na hospitalidade e no amor, onde a lógica do pastor de ovelhas e do servo, diferenciam fortemente os diferentes pontos de vistas étnico-raciais presentes na literatura mítica (SOUSA, 2020).

O modelo civilizatório dominante e a racionalidade de seus governantes, que historicamente foram marcadas por um processo de conquista, subjugação, apropriação cultural e expropriação territorial, sendo atualizado no processo colonial escravista e neocolonial imperialista, parece encontra na textualidade bíblica uma nova hermenêutica bíblica e teológica, assim como para a literatura mítica. Uma literatura mítica entendida em nossa pesquisa, como a relação entre o amplo universo da literatura bíblica, considerando seus gêneros textuais, suas tradições orais e seus livros apócrifos, em relação com parte da literatura egípcia e pseudoepígrafos.

Como podemos ver, a morte como razão do Estado que estabelece ao governante o imperativo de uso da força estatal e dos demais meios que forem necessários para a manutenção do poder tem sua origem em uma racionalidade ético-civilizatória e em um ponto de vista étnico-racial, que se hegemonizou ao longo da história da humanidade. A vida por sua vez como razão do Estado, no sistema de pensamento egípcio e na textualidade bíblica, tem a Justiça, a Verdade e o Amor como meio de manutenção do equilíbrio cósmico, inclusive entre o mundo visível e o mundo invisível.

Deste modo, ensaiar uma arqueologia e uma genealogia sobre a razão, a moral e a ética de Estado, a partir da literatura mítica, traz uma relevância para o campo político, social, acadêmico teológico, para a ciência da religião e para a ciência política, na medida em que suplementa o cânon

hermenêutico com a perspectiva de pesquisadores e intelectuais negros e negras na diáspora (Souza, 2000).

O genocídio e o epistemicídio¹ da vida e da episteme negro-africana, produziu um Estado genocida e negrofóbico. A história colonial e o assassinato da juventude negra pelo Sistema policial no mundo simbolizado pelos gritos: “Vidas Negras Importam!!” e “Parem de nos Matar!!”, estão assim, sim, presentes em uma racionalidade ético-civilizatória. Talvez inspirado em pensadores do Estado romano como Tito Lívio e no perfil dos governos europeus identificados por Nicolau Maquiavel em sua contemporaneidade, o sistema de pensamento presente na eticidade e etnicidade dos povos ímpios na literatura bíblia, nos ajude a construir uma outra genealogia moral do Estado.

Considerando concepções contidas na "arte da Guerra" de Sun Tzu, as narrativas míticas de heróis/guerreiros, lendários na formação do imaginário social de povos nórdicos e orientais, além de suas representações sócias sobre dragões e serpentes em suas origens, expliquem o contraste das racionalidades ético-civilizatória, presente nas relações étnico-raciais na Bíblia (SOUSA, 2020).

A literatura mítica traz a forte presença de uma cultura da guerra, presente em povos conquistadores, dominadores e opressores, que disfarçada em associações com a honra, o louvor, a glória e a soberba dos heróis/guerreiros considerados como deuses evidenciam uma predisposição de determinados povos. Por outro lado, contrastam com uma cultura da paz², presente no povo que tem a comunidade como centro e o UBUNTU³ como filosofia.

Muitas são as passagens que evidenciam o contraste no discurso que vai justificar a liderança e o governo humano entre os povos na textualidade bíblica. No texto de Salmos 115:1; Isaias 42:12; 1 Crônicas 29:11-12; 1 Pedro 5:11; Romanos 11:35-36; 16:27; Gálatas 1:5; Apocalipse 5:13, e entre muitos outros textos e narrativas míticas, fica evidente a constituição do governo e da lógica do poder.

As relações com o saber, a força e o poder, entretanto, nas narrativas mítica do Éden, considerando os estudos de Emmanuel Lévinas sobre a ética da alteridade, parecem sugerir dois caminhos: um de origem em Caim, seu descaso com o outro, sua autossuficiência e soberba, sua agressividade e egocentrismo, sua marca de violência, e outra em Abel e Seth sendo aqueles que primeiro invocam o nome de Deus. Duas linhagens duas atitudes: um filho constrói cidades e o outro começa a invocar o nome de Deus.

A história da humanidade e a dos povos europeus e asiáticos desde o paleolítico inferior e suas migrações. Evidenciam relações com diferentes espécies de hominídeos na formação do homem moderno, até o final da última era glacial e a busca por novas terras e o encontro com os povos hoje chamados do oriente médio. A formação epigenética e a dupla herança na construção da eticidade e etnicidade dos povos europeus, asiáticos e africanos é produto e produtora da racionalidade ético-civilizatória e conseqüente subjetividade social (SOUSA, 2020b) e conseqüentemente parece impactar na formação do Estado/governo e seus mecanismos de reprodução das relações de poder.

Dar continuidade ao desafio de contribuir com a democratização e descolonialização da produção de conhecimento na ciência, na pós-graduação, na filosofia e na teologia, traz outro desafio de estudar a literatura mítica e suas especificidades e complexidades. Além deste, o desafio de promover um diálogo entre uma formação científica e uma experiência cristã que se inicia de maneira formal, com meu batismo em uma igreja de doutrina Batista aos 11 anos de idade, se apresenta em nossas reflexões como sujeito epistemológico. A trajetória como liderança e professor da escola bíblica dominical, contrasta com a militância nos movimentos negros, em especial na Associação de

¹ Considerando Narcimária do Patrocínio Luz e Boa Ventura de Souza Santos, O epistemicídio é a destruição do continuum civilizatório africano e dos seus conhecimentos, saberes, suas epistemologias e tecnologias e culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental/oriental.

² Cristo é o príncipe da paz.

³ Princípio filosófico africano “Eu sou porque Nós somos”

Pesquisadores Negros da Bahia - APNB, a qual foi um dos seus fundadores em 2004 e eleito em julho de 2019 para a presidência desta, na gestão 2019-2020.

Assim, este texto tem por horizonte dar continuidade a um processo de reconstrução epistêmica para o ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico, produzindo novas chaves hermenêuticas para a compreensão das relações étnico-raciais na textualidade bíblica e suas implicações na teoria do conhecimento (SOUSA, 2013).

Entretanto, neste ponto de nossa pesquisa, esperamos introduzir alguns aspectos da sobre a formação política do Estado/Governo sob a perspectiva de um outro ponto de vista étnico-racial. Deste modo a pergunta que orienta nosso ponto de partida é: Quais aspectos na literatura mítica podem contribuir para a compreensão da Ciência Política? Tomamos por objetivo então, analisar a literatura mítica buscando evidenciar contribuições para a ciência política. Tivemos por objetivos específicos: compreender a razão e a racionalidade na literatura mítica; identificar a influência da racionalidade ético-civilizatória no Estado; identificar o papel dos arquétipos na literatura mítica e suas contribuições para a formação do Estado.

Consideramos em nosso percurso uma metodologia baseada na bricolagem (KINCHELOE & BERRY, 2007). Utilizamos como referências principais no estudo da cultura e civilização egípcia: Camara (2011), Diop (1974, 1991, 2014). Serviram também como fonte de pesquisa bibliográfica a literatura bíblica e a egípcia. Consideramos também que os gêneros textuais (as ficções, histórias e histórias, as poesias, contos, textos sapienciais e proféticos, literaturas apocalípticas, etc)

Razão, Racionalidade e Estado

Nossa abordagem neste tópico, vai na direção da compreensão da relação entre razão e racionalidade no pensamento egípcio e grego e suas aplicações, na perspectiva de uma filosofia do estado onde a noção de razão e racionalidade ganha novas possibilidades na interpretação na racionalidade de Estado. Assim, considerando Maat como princípio organizado já na literatura egípcia por volta de 2600 antes da era comum (CAMARA, 2011) introduziremos outro olhar para a racionalidade do Estado faraônico.

Para compreender a origem e a centralidade da razão e racionalidade no Sistema de pensamento egípcio, começo chamando a atenção para a física ou cosmologia da filosofia estoica, que teve suas origens, assim como grande parte da filosofia grega no Egito. No estoicismo o universo é concebido como Rósmos, "universo ordenado e harmonioso", uma ideia de providência que comporia uma inteligência universal imanente, composta de um princípio passivo (a matéria) e de um princípio ativo, racional, inteligente (logos) que permeia, anima e conecta todas as suas partes.

No pensamento estoico, a ética era rigorosa e deveria seguir a leis da natureza. Assim, para o estoicismo, o universo era governado por uma razão universal divina (Logos Divino) que sugere uma aproximação a representação de MAAT no pensamento egípcio. Deste modo, compreender o universo ordenado é compreender a matemática do cosmos, o equilíbrio das equações matemáticas do universo, suas razões, proporcionalidades e suas pré-ordenações. Destarte considerando Baruch Spinoza, o universo e a natureza precisam ser reposicionados na racionalidade ético-civilizatória, e o ser humano na razão do cosmos, instaurando a imanência como virtude racional.

Chamou-nos a atenção, como uma versão da Bíblia, "Bíblia Sagrada Africana", traduz constantemente a expressão "Senhor dos Exércitos" por "Senhor do Universo". Compreender Deus como Senhor do Universo, nos ajudar a compreender por que todas as coisas devem seguir uma ordem pré-estabelecida para garantir o equilíbrio e a harmonia. Entender Deus como uma imanência

consciente e uma força que equilibra e harmoniza, amplia a limitada personificação da divindade e a transcendência de sua ação. A materialidade histórica da ação divina e o materialismo filosófico da racionalidade ético-civilizatória, contribui para melhor entendermos a razão e a racionalidade africana na literatura mítica. Entretanto, essa é uma questão que iremos apresentar com maiores detalhes em outro momento.

Nessa ordem cósmica, portanto, o ser humano é um elemento que precisa ser integrado e estar integralmente articulado a uma razão e a uma racionalidade universal. Desta forma, romper com a ordenação é ir contra a divindade criadora do universo. Uma Ordem, uma Razão e uma Lei que não são humanas, mas uma racionalidade que segue o equilíbrio e a harmonia da neutralidade das forças e dos gêneros. Um equilíbrio e coerência entre paixão e razão, entre palavra e ação.

A noção divina de razão e em especial a noção de princípio organizador, pressupõe funções próprias de unidade, totalidade, comunidade e comunhão. A razão e a natureza providenciam a estabilidade no universo e na sociedade. Através de forças e da ação consciente organiza tudo o que é necessário e tudo que a humanidade precisa. A força que move o universo, prove também as chuvas, a fartura, a saúde, a equidade, equilibra o desejo, garante o eterno retorno do tempo, mantém a constante de dia e de noite, e os opostos que mantêm o equilíbrio. A narrativa mítica do Éden no Livro de Genesis capítulos 1 e 2 e a literatura mítica, parecem sugerir essa interpretação. Talvez, outra leitura para a física teórica na relação “matéria escura” e a “constante cosmológica”. Entretanto, está também, é uma questão que desenvolveremos em outro momento.

No trecho (PT 1188) “Ó Tu que navegas através do barco justo, eu sou considerado justo no céu e na terra”²⁴, as palavras em destaque aparecem como adjetivos (maa) ligados à Maat, já que o rei fora justificado perante o céu e a terra: “não há mal que ele tenha feito”²⁵ (PT 1238a). Assim sendo, o faraó egípcio torna-se um sustentáculo da doação de vida, e é acrescido ao texto o seu papel como emissor de proteção ao Egito: “Aquele que vive por meio de Maat, aquele que se apóia em seu bastão e vigia todo o Alto Egito”²⁶ (PT 1483).

E parece ser a ação definitiva do rei como Rá, colocar Maat no lugar de isfet, seu oposto: “O céu está em paz, e a terra em alegria, pois eles ouviram o rei que estabeleceu a ordem (no lugar da desordem)”²⁷ (PT 1775), e “Unas veio da ‘Ilha do Fogo’, e colocou Maat no lugar de Isfet”²⁸ (PT 265). Bergman²⁹ reconhece Maat como o “o mito de fundação do Estado”, da ideologia que reforça o direito do rei, e, por conseguinte, a própria legitimação da instituição faraônica egípcia.

Podemos então concluir que, se o faraó não fosse capaz de doar Maat, a existência da terra não seria mantida, porque ele, assim como Rá - que assegura a manutenção da existência no plano cósmico - deveria zelar pelo equilíbrio necessário à existência na esfera de vida terrena. (CAMARA, 2011, p.57)

A ordem da natureza de um mundo racional superior é a ordem, a Lei, a “Arché”, “physis” que organizou o universo com a palavra, com o logos, que é a razão revelada ao mundo João 1: 18 e Gênesis: 1-30, em oposição à ordem humana que é uma ordem falsamente criada, por isso ilógica. Deste modo, organização e ordem como representante da racionalidade egípcia parece estar presente também na racionalidade bíblica (1 Coríntios 14: 33 e 40) assim todas as coisas se organizam para o bem (Romanos 8: 28) tudo já foi colocado em ordem e equilíbrio. Deste modo, retornando à Ordem de Maat como princípio organizador. A ordenação e sequência, a proporcionalidade e o equilíbrio que garantem a justiça, a equidade, a paz e a verdade está presente em Efésio 5:8-10.

A literatura bíblica traz em diversas palavras que parecem sugerir a mesma direção do sentido egípcio. Quando consideramos a presença de palavras como, “paz”, “justiça”, “mansidão”, “longanimidade”, “amor”, “sabedoria” e “retidão”, todas tendem a sugerir um sistema dual de forças

que sobre ele atuam se compensam, anulando-se mutuamente e produzindo a estabilidade, isto é, ausência de oscilações e desvios. A retidão como uma virtude a seguir pela direção indicada pelo senso de justiça, pela equidade, parece sugerir também uma virtude que está em conformidade com a razão, com o dever, a integridade, a lisura e a probidade. Equilíbrio e (des) equilíbrio e suas representações estão no centro da narrativa mítica das gêneses da raça humana. Na relação entre Ordem e Caos na textualidade dos primeiros capítulos do livro de Gênesis e em especial na narrativa míticas sobre o Éden.

Literatura Mítica e a Racionalidade ético-civilizatória no Estado

Neste tópico esperamos introduzir alguns aspectos da racionalidade ético-civilizatória do Estado, em diálogo com a literatura mítica. Deste modo a tese defendida é de que precisamos restaurar a concepção de Estado e a reconstrução do “Reino de Deus” e sua racionalidade ético-civilizatória a partir da literatura mítica.

Considerando o professor Everton Nery Carneiro (2015, p.9) as narrativas bíblicas, podem sim ser utilizadas para produzir novas lentes, novas leituras, novas interpretações, novas teologias e novos textos. Parafraseando Pierre Bourdieu e a ideia de reflexividade⁴, a textualidade bíblica também pode ser usada para descolonializar a própria Bíblia. Apesar da crítica de que o texto bíblico pode ser utilizado com a finalidade de manter relações de opressão e dominação biopolítica, ou ainda, como justificativas para manutenção de relações de dominação e subalternização, concordamos com Carneiro, que baseado em Nietzsche, afirma:

Este texto trabalha com a perspectiva de que tanto as narrativas da tragédia grega como também as narrativas bíblicas, no nosso caso os evangelhos, fazem parte de um campo de representações e estrutura simbólica, teológico-literária e filosófico-literária, constituintes de um núcleo comum das formas de conhecimento do ser humano e do mundo. “Um texto pode ser visto de diferentes pontos de vista. Há forças que se apoderam de um texto dando a ele um sentido restrito e negativo, e outras que o fazem com a finalidade de manter com ele uma relação de afinidade.” Essa é a busca do nosso texto, afinidade e sobrevivência do texto, utilizando os textos como pretextos para a criação de novos textos. (CARNEIRO, 2015, p.9)

Nesse sentido, em nosso trabalho, a literatura mítica e suas narrativas transgressoras, são suplementadas pelas narrativas de intelectuais e pesquisadores negros (SOUZA, 2000) que se juntam na construção de um outro lócus epistêmico. Uma perspectiva insurgente que é produzido a partir de um outro ponto de vista étnico-racial, um outro lócus de enunciação e outras interpretações da narrativa sagrada. Propositamente escolhemos a literatura sagrada para dialogar com a experiência negra afro-diaspórica.

Assim, utilizamos a textualidade bíblica como parte da literatura mítica, subvertendo a colonialidade teológica, “pois o sagrado se revela diante do humano em sua ambiguidade e contradição e isso não se apresenta na atualidade como problema.” (CARNEIRO, 2015, p. 216). Deste modo, o olhar a partir de uma perspectiva fincada em um ponto de vista étnico-racial irá proporcionar outro olhar para a relação de um governante e com o seu coração.

Na literatura bíblica as figuras de linguagem são muitas, e a metáfora do coração parece representar o órgão que faz a ponte entre os Céus e a terra, o que coloca o coração no centro da ação

⁴ A reflexividade em Bourdieu sugere a utilização da ciência contra a ciência

governamental, assim como no centro do governo do faraó (CAMARA, 2011). Deste modo, um governante ao incorporar Maat, incorpora um novo coração capaz de pôr em harmonia os céus e a terra. Um governante ao governar com justiça e equilíbrio garantirá a ordem e a harmonia, logo, a paz, a segurança e o bem-estar para todos. Enquanto todos, não apenas a maioria, mas todos não tiverem “cada um segundo a sua necessidade” a ordem não é alcançada.

Como podemos verificar até aqui, a noção de Maat, vida, ordem, equilíbrio, verdade e justiça são noções estruturantes do sistema de pensamento egípcio. Entretanto, a filosofia grega milênios depois, vai utilizar os conhecimentos apropriados do sistema de pensamento egípcio e da literatura mítica (Salmo 50:2), e introduzir a noção de perfeição em relação à noção de beleza. Para os gregos, a vida existe em estreita associação com a matemática em especial entre beleza e verdade. Os gregos acreditavam haver três "ingredientes" para a perfeição: a simetria, a proporção e a harmonia.

A perfeição era um objeto de amor e algo que deveria ser imitado e reproduzido em suas vidas, arquitetura, educação (Paideia) e política. Eles julgavam a vida por essa mentalidade. Para Platão a relação da proporção com a beleza e a bondade é enfatizada ao longo dos diálogos em seu texto “A República”. Sócrates, por sua vez, ensinava que um homem deve saber como escolher a média, e evitar os extremos de ambos os lados, na medida do possível.

No sistema ético, presente na textualidade bíblica, o caminho correto é apresentado como aquele que alcança um meio-termo, não se desvia para um lado nem para o outro (Provérbios 4), dando um sentido de retidão e constância, mas não de neutralidade diante da injustiça. Representando a moderação, a harmonia, o equilíbrio e a capacidade de evitar o excesso, a busca pela paz, equidade e justiça é também o sentido da instrução, sugerido na literatura sapiencial.

Considerando uma ética de Aristóteles, educar é criar as condições para o desenvolvimento de virtudes. Entretanto, vale lembrar que virtudes e vícios dizem respeito às nossas disposições, que devem ser controladas, e são formadas em nós por uma racionalidade ético-civilizatória e seus hábitos. Uma boa racionalidade ético-civilizatória e bons hábitos formam virtudes, e uma má racionalidade ético-civilizatória e maus hábitos formam vícios.

Para a ética aristotélica a virtude é um meio-termo, sua ética apresenta como o excesso deve ser moderado pelo equilíbrio e bom senso. Assim como a justiça, a virtude é o sentido do coração sábio (Provérbios 3: 21-35) e a justiça seu alimento (Provérbios do capítulo 9 ao 24). O sentido de equidade, justiça, paz, verdade e sabedoria é o sentido de Maat e o sentido da construção do cidadão do céu (Salmo 15).

Diferentemente de uma cultura da paz na construção da proposta de Deus para o seu povo, onde seu príncipe é o “príncipe da paz”. Os processos de conquista, coloniais e as práticas de guerra na história antiga dos povos (europeus e asiáticos) na textualidade bíblica, parecem evidenciar uma ancestralidade cultural baseada na violência e na soberba racial, oriunda de práticas de conquista de territórios e de povos. Conhecer a história dos chamados povos bárbaros e as civilizações de caçadores e guerreiros, parece indicar uma cultura onde a morte, a guerra, e violência construíram sua racionalidade ético-civilizatória.

Da cidade-estado grega, o Estado colonial, o Estado moderno, o Estado-nação, e as modalidades de imperialismo, desenvolveram um modelo civilizatório, onde a guerra e a violência tornou-se uma forma de gerenciamento político do poder e gestão sobre a vida. A agressividade, não apenas reside no agir político do Estado, mas também, parece ser uma chave ontológica de um “Ego Conquiro” (DUSSEL, 1992)⁵ e para um tipo de “cultura do inimigo”.

A cultura do inimigo em uma sociedade que vivia de heróis, onde a soberba e o orgulho orientavam a noção de honra, grandeza, glória e poder, foi produzida a partir de uma racionalidade

⁵ Dussel, Enrique (1992), 1492. El encubrimiento del otro: Hacia el origen del "mito de la modernidad", (México: Editorial Cambio XXI).

ético-civilizatória onde o outro é o inimigo, onde não há espaço para o amor, o equilíbrio e a harmonia. As literaturas míticas evidenciam dois tipos diferentes de racionalidades ético-civilizatórias que contrastam na textualidade bíblica, mostrando o (des)equilíbrio e a (des)ordem causada com a chegada de povos gentios (SOUSA, 2020).

A partir de uma cultura da guerra e do domínio sobre o outro, a textualidade bíblica, parece sugerir que o fenômeno do poder manteve sua relação intrínseca à soberba racial, com o uso da força e da violência, que se tornaram própria de uma subjetividade étnico-racial (Sousa, 2020). Nessa racionalidade, são criados os meios para a conquista, a manutenção e a preservação do poder político e econômico também em nossa contemporaneidade.

Presente na ancestralidade cultural e no sistema de pensamento da cultura hegemônica, os ensinamentos de Sun Tzu e Maquiavel sobre “a arte da guerra”, contrastam com os ensinamentos de Pita Hotep em seu texto “As Máximas de Pita Hotep” e no discurso do Cristo, que era o príncipe da paz.

Como podemos observar várias são as categorias de análise que se apresentam para uma reconstrução da racionalidade ético-civilizatória. Identificar a genealogia das relações de poder na história e o materialismo histórico e dialético da racionalidade ético-civilizatória na literatura mítica, poderão ajudar a suplementar a hermenêutica bíblica e a teoria do ponto de vista étnico-racial (SOUSA, 2013).

Entender o Estado como um sistema de governo, é aproximar e restaura a materialidade do “o reino de Deus” presente por toda a textualidade bíblica. Um reino onde a equidade, a paz e a verdade governam soberanamente. Em Daniel 7 e Romanos 14:17 podemos perceber a materialidade de uma representação simbólica e a explicitação sobre o reino de Deus. Representações de conceitos abstratos que sugerem outro tipo de representação imaginária a partir de analogias, metáforas e metonímias. Deste modo, a literatura mítica pode contribuir para a restauração da racionalidade ético-civilizatória presente na expressão “reino de Deus”.

Literatura Mítica e seus Arquétipos na Formação do Estado: Maat

Neste tópico esperamos refletir sobre a materialidade da noção de Maat, em alguns arquétipos da literatura bíblica capaz de representarem a vida, justiça e a ordem como categorias sócio históricas na racionalidade ético-civilizatória. Desta forma, esperamos que os arquétipos da literatura mítica, nos ajude na compreensão do Estado, a partir de um ponto de vista étnico-racial africano.

A força da figura feminina da deusa Maat no sistema de pensamento egípcio, em contraposição a força dos deuses masculinos do patriarcado como Zeus e Júpiter, parece representar o arquétipo da “grande mãe”, onde a justiça é associada ao atributo divino de alimentar a todos de acordo com a necessidade de cada um. Para Diop (1974, 1991, 2014), o sistema matriarcal é a base da organização social no Egito e em toda a África Preta. A matrilinearidade e a transmissão de direitos políticos e gestão econômica da casa, marca uma especificidade do sistema cultura africano e egípcio. Um tipo de matriarcado, talvez originado no cultivo da terra pelas mulheres. Para Diop, muito do que foi difundido sobre a África precisa ser revisto e reconstruído.

A ideia de um matriarcado universal é contestada por Diop. Deste modo, é importante diferenciar os dois sistemas: patriarcado e matriarcado, e suas origens étnico-raciais, entre povos europeus, asiáticos e africanos. Entretanto, essa polaridade na cultura africana primitiva. No caso dos deuses masculinos, construídos nos arquétipos dos heróis/ guerreiros, onde um deus pai, protetor, se contrapõem a uma deusa mãe, que cuida e educa, é o ponto de partida para marcar a diferenciação da

racionalidade ético-civilizatória dos diferentes grupos étnicos, suas eticidades e Etnicidades (SOUSA, 2020).

Somos comumente levados a interpretar Deus/pai como protetor, senhor dos exércitos, dando mais ênfase em sua força. Entretanto, o que mais caracteriza Deus na textualidade bíblica são outras palavras que parecem conduzir para a centralidade da palavra útero, ventre. A palavra *Rehem* mencionado na Bíblia possui também o sentido de colo materno e colo feminino, o ventre feminino ou útero. Quando analisamos noções como: misericórdia, compaixão, amor, bondade, podemos entender a face feminina de Deus na expressão em vários versículos da literatura bíblica e na letra da música: “Seu reino é sempre eterno, firmado em misericórdia, justiça e igualdade, bondade e fidelidade”⁶. Desta forma, como na tradição africana, do Egito, Deus é pai e mãe ao mesmo tempo em que simboliza a dualidade complementar da filosofia egípcia.

Maat e seu consorte Isfet representam a unidade do casal primordial, que também está presente na narrativa mítica da criação Gênesis 1: 27 NTLH “Assim Deus criou os seres humanos; ele os criou parecidos com Deus. Ele os criou homem e mulher”. Desta forma, podemos perceber que a literatura mítica não dicotomiza os gêneros e utiliza uma dialética da complementariedade (SOUSA, 2020b). Entretanto, está é uma discussão que iremos apresentar de maneira mais profunda em outro momento.

Considerando que o sacrifício e o ritual são linguagens e as ritualísticas litúrgicas das religiões de matriz africana, além das práticas culturais dos primitivos hebreus, apesar de ser o sacerdote (o pai) quem sacrifica e mata, é a mãe quem prepara, distribui e alimenta a comunidade. Deste modo, pai e mãe são funções na literatura mítica que se complementa e garantem a unidade. Funções que representam uma perspectiva de função paterna e função materna, isto é, do pai de proteção da vida e da mãe de geração da vida, garantindo os aspectos na governança. Um governo deve ser compartilhado pelo casal. Um rei de coração sábio alimenta a todos e se preocupa com o povo (1 Reis 3:7-10) a função do Estado não é garantir apenas segurança é também prover a vida (SOUSA, 2020b).

A importância da mãe e do pai na literatura mítica, são aspectos que modificam a compreensão da ideia de patriarcado e matriarcado na tradição africana, como nos traz os estudos sobre “Mulherismo Africana” (DOVE, 1993). Fazendo o par indissolúvel, a mitologia egípcia é feita de duplas, a perfeição está na complementariedade do casal, sempre presente nos arquétipos egípcios. Desta forma precisamos (re)interpretar os arquétipos masculinos e femininos na textualidade bíblica e a figura de um Deus de amor, misericordioso, bondoso, longânime. A dualidade no pensamento egípcio e sua complementariedade pode nos ajudar a construir novos para a compreensão dos gêneros, nas tradições antigas e em sua racionalidade ético-civilizatória.

As funções clássicas do Estado: função distributiva, alocativa e estabilizadora, parecem estarem presente na do culto e nas práticas rituais na literatura mítica. É revelador os constantes festivais nos templos de Maat, assim como nas práticas ritualísticas dos hebreus na textualidade bíblica e nas religiões de matriz africana. Essas práticas parecem revelar uma lógica que sugerem funções originais para a distribuição de renda e promoção da equidade social.

Na tradição bíblica o dízimo (Deuteronômio 14: 28-29 16: 16~17; 26:12; 2 Crônicas 31: 5-12: Esdras 2:69) representa um mecanismo de distribuição de renda e promoção da equidade. Ao tributar a todos de igual forma, a décima parte produzia um equilíbrio entre quem tinha mais e quem tinha menos. A distribuição de alimentos para todos, como forma de oferenda, oferta, sacrifícios e oblação, era uma forma bastante eficiente de produzir alegria e regozijo em comunidade, ou ainda, para garantir a justiça e a paz (Hebreus 7: 1-2), mantendo o equilíbrio e a harmonia na comunidade.

⁶ Letra de música gospel de autoria de Vinicius Zulato

A arkhé civilizatória no livro do Gênesis, elabora didaticamente a representação entre o Caos e a Ordem (Gênesis 1:1) da quebra da harmonia no Jardim com a presença do arquétipo da serpente, que pareci estar presente no mesmo ambiente e que agia de maneira astuta. A busca da redenção e retorno à integração harmônica com a totalidade, a unidade para configurar o arquétipo edênico, sugere a restauração de uma maldição entre a descendência da mulher e da serpente (Gênesis 3: 15). Os arquétipos na literatura mítica assim, parecem sugerir um projeto de redenção da raça humana e das descendências entre a linhagem da mulher e a linhagem da serpente.

Presente também na tradição pré-dinástica dos antigos egípcios, a narrativa sobre um mecanismo de restauração e salvação também está presente no Primeiro Testamento na formação do povo de Deus, e no Segundo Testamento, através da identificação com o discurso do Cristo a remissão dos gentios, mensagem que foi leva pelo aposto Paulo (Gálatas 2).

Na textualidade bíblica temos um Messias que vem de um povo e que representa o novo arquétipo da salvação, o que parece garantir maior amplitude para a figura messiânica nas narrativas (Isaias 9:6). Para (CAMARA, 2011, p. 53), próximo também dos arquétipos da trindade de Osíris, Isis e Hórus, Osíris que vence a morte e nos leva de volta ao paraíso. Assim, uma filosofia do Cristo (Ungido), como aquele que oferece Maat: Verdade, justiça, Paz, Retidão, Harmonia e o caminho entre os céus e a terra, é a representação arquetípica da materialidade da fé judaico-cristã na literatura mítica que une egípcios e hebreus (africanos) a teologia paulina para os gentios na construção de personagem redentora, através da proposta de um novo reino de Deus.

De volta a unidade e ao todo, à completude, à perfeição e santidade, à integralidade e ao equilíbrio, os arquétipos sugerem o caminho que é capaz de: garantir a paz, a verdade, a justiça, a liberdade e a vida eterna que restaura Maat, e instaurar outro governo. Deste modo, expressar ideias relacionadas à eternidade e à dinâmica da vida, é representar e contrapor-se à noção de ruptura e quebra da harmonia que gerou a morte, logo, a desordem, o desequilíbrio, a injustiça e a raiz de todos os males. “A Ordem, a Justiça e a Retidão, tratam, por conseguinte, de princípios imutáveis, presentes desde sempre na constituição do cosmos egípcio” (CAMARA, 2011, p. 53).

Maat é o princípio civilizador e civilizatório, um marco epistêmico para o sistema de pensamento egípcio que se articula também como ação da circularidade “Ética Ubuntu” em nossa contemporaneidade. Exercer o governo sobre um povo é ser capaz de ofertar Maat. Aproximar e suplementar a hermenêutica bíblica com uma africanidade civilizatória, parece contribuir para uma releitura da compreensão de uma materialidade filosófica da racionalidade ético-civilizatória. Desta forma, pode minar a colonialidade teológica e textual, repensar a espiritualidade e religiosidade, inventada no cristianismo de matriz europeia, que foi mesclada por grandes teólogos de influência africana como Agostinho e outros, e subverter a o discurso hegemônico.

Considerando Camara (2011) uma das mais importantes representações de adoração do antigo Egito, presente no Templo de *Abydos*, diz respeito à apresentação de *Maat*. Na representação imagética o faraó ofertava *Maat* como parte de seu ritual de enaltecimento e honra. O faraó ao ofertar *Maat* às divindades inclusive também à natureza, estabelecia um pacto de governabilidade. O ato que simboliza o compromisso em restabelecer, renovar e manter diariamente a ordem e a justiça no mundo natural e no mundo espiritual.

No sistema de pensamento egípcio, caso o faraó falhasse em seu papel, a ordem seria subvertida. O equilíbrio e a harmonia seriam quebrados já que o pacto intermedeia a relação entre o visível e o invisível por meio da doação de Maat. Neste sentido, o governante é aquele que deve trazê-la, e estar com ela”. Ele oferta porque “está em Maat, vive em Maat, ela reside em seu ser”. Ele nasce de novo, torna-se uma nova pessoa a serviço da manutenção do equilíbrio, da harmonia e da paz. (Gálatas 2:20).

Com essa conectividade assim, ele pode tornar-se um representante e disseminador dos atributos de Maat, do princípio que engendra ordem, equilíbrio, senso de justiça, harmonia e circularidade. Talvez representado uma ética social de “dar, receber e restituir” que conecta os mundos, com vemos presentes em noções na literatura bíblica da dádiva, gratidão e graça (favor), também presentes nos estudos sobre a dádiva do antropólogo e sociólogo Marcel Maus e o Ensaio sobre a Dádiva.

Para os egípcios (CAMARA, 2011) o conceito de conectividade abarca o sentido de coesão conferido por Maat aos elementos que existem no universo, estabelecendo o sentido de organização que estabelece o lugar que cada coisa deve ocupar no cosmo, de modo que a criação adquira as feições de um organismo vivo em constante movimentação (cíclica de Dar, Receber e Restituir).

Vida é conectividade, morte é continuidade, não senso de desconexão, desintegração. Para os egípcios não existia a concepção de mal em si. O mal era produto da inércia, da falta da circularidade gerada pela rede de solidariedade e de observância das coisas materiais e espirituais. Solidariedade/reciprocidade, fraternidade e “memória cultural”: esse foi o âmbito de existência conferido por *Maat* ao meio social⁷. E quando ela está presente... (CAMARA, 2011, p.102)

Para a literatura bíblica a mutualidade é o significado e direção das relações de amor e hospitalidade sugerem uma relação de reciprocidade e circularidade. Viver em comunidade é considerar o outro mais importante do que eu. A carta de Paulo na literatura bíblica aos Filipenses capítulo 2 é uma boa ilustração de como conectividade, reciprocidade, mutualidade, humildade e amor se articulam com os princípios civilizatórios de Maat, orientando e organizando os sistemas sociais e econômicos em sociedade. Um princípio de reciprocidade que vai contrastar com os princípios e regimes de trocas e outra racionalidade diferente do capitalismo e socialismo.

Existiam outras virtudes comportamentais associadas à *Maat*, tais como respeito, franqueza, autocontrole, honestidade, reciprocidade, generosidade, exemplaridade, humildade, autocontrole, introspecção, prudência, benevolência são algumas das características que deveriam ser moralmente cultivadas pelo homem egípcio. O mal era resultado da ruptura da circularidade que organizava a comunidade e a vida, governar é garantir a circularidade.

Compreender a importância de Maat, como arquétipo na literatura e a sua racionalidade ético-civilizatória no sistema de pensamento egípcio nos levou a uma compreensão do Estado como categoria que parece representar a materialidade filosófica da ação, governança e soberania na textualidade bíblica. Uma textualidade que se aproxima de uma africanidade na literatura bíblica e pode sugerir uma referência para um ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico em nossa contemporaneidade e a construção de uma outra perspectiva para a ciência política.

Literatura Mítica e a Formação do Estado: Um governo e outros arquétipos

Termos por finalidade neste tópico, sugerir a contraposição da racionalidade ética do arquétipo do herói/guerreiro sugerindo uma relação com a uma dialética textual na literatura bíblica que evidencia o (des) equilíbrio provocado pelas relações étnico-raciais na Bíblia (SOUSA, 2020). Assim, temos por horizonte, suplementar a interpretação sobre as origens culturais e étnico-raciais da violência de Estado.

⁷ Negritamento do autor

Contraopondo-se à perspectiva do arquétipo de Maat, Isfet ou Asfet é um arquétipo que representa o contrário de Maat e representa a violência, a injustiça, o Caos e significa fazer o mal. Como na textualidade bíblica, Deus tem um inimigo (Satanás) que é seu contrário e que na narrativa bíblica também tem acesso ao éden. Isfet e Maat se equilibram e complementam. Vale lembrar que Moisés foi educado em toda a ciência egípcia (Atos 7: 20-22). Um governante, para manter e proteger a justiça e a harmonia precisa controlar Isfet, mas não exterminá-lo, talvez prendê-lo, amarra-lo (Apocalipse 20: 1-3) pois caso destruísse isto desequilibraria o mundo, no entanto, se Isfet dominasse geraria muita (des)ordem. Será por isso que Deus não destruiu satanás?

A desordem era inaceitável, pois isso significaria que o mundo estava separado do cosmos e longe da ordem primordial e do equilíbrio de forças. Isfet deveria ser superado pelo bem e substituir a desunião pela unidade e a desordem pela ordem. Portanto, os antigos egípcios assim como os hebreus na textualidade bíblica, tinham nas práticas ritualísticas e de culto, ritualidades que parecem repetições didáticas, que estimulariam a ordem cósmica, mantendo os princípios da contrariedade entre Isfet e Maat e sua racionalidade lógica de equilíbrio.

Aos olhos dos egípcios, o universo sempre foi ambíguo e contraditório. As ações e julgamentos de um faraó eram pensadas para simplificar esses princípios para manter o equilíbrio (Maat) mediando o controle entre ordem do caos ou o bem e o mal. Assim, quando o faraó é representado ferindo seus inimigos nas representações imagéticas, ele foi cercado por imagens de estrangeiros que evidenciava seu papel como protetor de Maat e inimigo de Isfet, que parece ter a representação simbólica, ou não, dos inimigos estrangeiros do Antigo Egito. Desta forma, o faraó é mostrado principalmente 'ferindo' estrangeiros para manter Maat.

Representado por pela serpente e pelo dragão, os inimigos de Deus, ou melhor do povo de Deus, demonstram uma outra eticidade e etnicidade como assírios, Babilônios, persas e outros povos, que misturados com os africanos hebreus de forma recorrente na literatura bíblica apresentam um comportamento desviante de Maat (2 Crônicas 7:14). Misturados com os hebreus, desde a saída do Egito, a miscigenação com os povos de Canaã e o exílio, os primitivos israelitas, tornaram-se um povo (des)equilibrado e propenso a absorver práticas da racionalidade ético-civilizatória de povos estrangeiros.

Povos que traziam um eticidade e etnicidade que desagradava a Deus e promoviam a iniquidade e todos os tipos de (des)ordem, que muitas vezes eram assimilados por parte da comunidade israelita, que muitas vezes traziam costumes e uma ancestralidade genético-cultural através de casamentos. Inclusive, podemos ver no pedido do povo a Deus de um rei (Saul), nas práticas de Sansão, e no comportamento de diversos personagens arquetípicos a marca da violência na linhagem de Caim, que chega à família de Noé, ou ainda no caçador Esaú e Ninrode. Os arquétipos do Caçador, do Guerreiro, do Herói, do Senhor e do Rei, parecem invocar uma identidade ancestral. Talvez um espírito guerreiro e uma índole racial (SOUSA, 2020).

Presente também nas representações simbólicas do machado, da espada, do arco, da flecha e do escudo, os arquétipos parecem indicar uma inclinação ancestral e cultural, um tipo de valor, que essas culturas tendem a atribuir à vitória, à conquista, a soberba e a arrogância de diante de Deus. Buscando honra e glória, a narrativa bíblica parece evidenciar a eticidade e a etnicidade de povos e infiltrados no povo de Deus. Querendo honra, que originalmente significava “direito ao orgulho”, isto é, aquele que merece consideração e é digno de homenagem, aquele que merece ser reconhecido ter destaque socialmente, a literatura mítica parece funcionar como um manual de instrução.

Entretanto, como vimos em Sousa (2020a) as personagens míticas dos heróis e dos homens de honra e de coragem vão contrastar com as imagens do pastor de ovelhas, do crucificado, do servo, daquele que dá a outra face. Desta forma, a identidade ancestral parece se tornar um aspecto que: ao mesmo tempo que é de uma linhagem genética é também étnica e cultural. O arquétipo do servo e do

pacificador, parece indicar uma oposição aos arquétipos trazidos por outros povos que tinham e tem na servidão sua eticidade e etnicidade colonial e imperialista.

Deste modo, infelizmente no Estado brasileiro, o princípio ético da responsabilidade pelo outro, pela vida do outro, parece não produzir culpa ou responsabilidade ética já que a lei e a moral do Estado têm em seus arquétipos e na memória coletiva e social, genético-cultural e mítica, ancestrais guerreiros e deuses que exigiam sacrifícios de vidas.

Apesar de poder comer de todas as Árvores do jardim, menos uma, mesmo assim, a humanidade queria a única coisa que não podia. "Assim como o vinho é enganoso, tampouco permanece o arrogante, cuja gananciosa boca se escancara como o sepulcro e é como a morte, que não se farta: ele ajunta para si todas as nações e congrega todos os povos." (Habacuque 2:5). Deste modo, a ganância (desejo ilimitado) e a soberba (elevação sobre o outro), em especial a soberba racial (SOUSA, 2020) parecem representar aspectos fundantes da racionalidade ético-civilizatória de alguns governos em nossa contemporaneidade.

Considerando Santos (2008), o modelo civilizatório dominante é uma "instituição cultural" de base racial, e esta é a base da reprodução étnico-racial (SOUSA, 2017) dos modos de produção. É a formação das elites culturais brasileiras que produzem o tipo de racionalidade ético-civilizatória do Estado. Um governo não é apenas um sistema político é um sistema ideológico/cultural, que parece se contrapor aos movimentos sociais javistas (os hapirus) ante estatistas de um Israel revolucionário (GOTTWALD, 1986) evidenciando o caráter antinatural da ordem e soberania do princípio civilizador de Maat (CAMARA 2011).

Com base em um Direito Consuetudinário que tem como referência a comunidade, o sistema político na textualidade bíblica e do Estado faraônico, se contrapõem ao modelo de república grega e seus sistemas de privilégios, trazido pelos invasores do Egito "no período intermediário, no império novo" e nos novos governantes estrangeiros.

A narrativa mítica do livro de Jó na textualidade bíblica descreve o Leviatã como sendo uma criatura muito grande, que possui uma força descomunal, com uma pele extremamente resistente e que expelia fogo de sua boca (Jó 41:18-35). Empregada de forma alegórica, simbólica e figurada para representar a perversidade ou as forças do mal, esses arquétipos na literatura bíblica parecem representar em sua materialidade povos, governos e governantes. Parecendo funcionar como função analógica de povos estrangeiros com seus principados e potestades (representação de governo e poder) os deuses estrangeiros eram as representações do desequilíbrio provocado pela eticidade e etnicidades e da desarmonia e excesso, ruptura da paz e arrogância.

O comportamento dos deuses cruéis, opressores e guerreiros, que na textualidade representam a besta, a iniquidade e a impiedade, contrastam com Maat e com o Deus que é "príncipe da paz e conselheiro" trazendo diferenças de arquétipos civilizatórios. A textualidade bíblica é rica em condenação ao Egito, que parece fazer alusão a governantes estrangeiros (talvez os assírios, os filisteus ou cananeus, ou ainda hicsos que em novas interpretações eram "governantes estrangeiros" e mais ainda: persas, macedônios e romanos. Povos que introduzindo seus governos controlaram o Egito ao longo de grande parte da contemporaneidade bíblica, ou os chamados "povos do mar" em alusão à besta que surge das águas.

Assim como o Leviatã (Jó 41), representando a "besta que vem do mar", o "Beemote" (Jó 40) no arquétipo da "besta que vive na terra", a analogia parece representar na alegoria mítica da textualidade bíblica, povos que traziam o mesmo desafio ao modelo de "Estado divino de Maat". Ao responder ao personagem Jó na novela bíblica, a partir do capítulo 38, a analogia em forma de narrativa mítica, parece querer evidenciar a pequenez do ser humano e sua fragilidade diante da soberania do "todo Poderoso" que governa e reina sobre o universo. A narrativa parece assim, aludir uma problemática

àquela contemporaneidade, onde a batalha entre os modelos de humanidade, parecem estar articulados com os modelos civilizatórios e seus arquétipos de poder.

Considerações Finais

Em contraponto à barbárie estrangeira de povos invasores e a promessa de libertação do opressor e conquistador, dominador escravagista, o discurso profético no livro de Isaías; 2 e 3 sobre o fim dos que vivem da guerra, assim como em outros como Amós, parecem representar personagens que traz à consciência do povo, do rei e até dos sacerdotes a necessidade, como os macabeus, de insurgência e insubordinação contra os governos que são incapaz de promover a paz, a equidade e a harmonia entre o mundo visível e invisível.

Com a humanidade e as alianças dos homens entre si, nos remete novamente à noção da deusa Maat e seu pacto de governabilidade com o Faraó. “Deus será o juiz das nações, decidirá questões entre muitos povos. Eles transformarão as suas espadas em arados e as suas lanças, em foices. Nunca mais as nações farão guerra, nem se prepararão para batalhas.” (Isaías 2:4).

A racionalidade ético-civilizatória presente na materialidade da relação do Estado com a vida, a justiça e a garantia de uma ética e moral que produza a felicidade e o bem-estar de todos não está presente no Estado brasileiro. Resultado de um processo colonial e de um processo civilizatório marcado por uma racionalidade contrária à razão de Estado egípcio, estudar ciência política no Brasil necessariamente tem que estudar as relações étnico-raciais e sua reprodução na racionalidade ético e étnico-civilizatória.

As contribuições da literatura mítica e em especial da literatura bíblica, pode contribuir para a construção de novos referenciais para se pensar o Estado e um outro modelo ético-civilizatório. Assim, a perspectiva estuda também pode contribuir para introduzir um ponto de vista étnico-racial, para a Teoria Geral do Estado e para a Ciência Política.

Referências

BÍBLIA de Estudos Palavras-Chave. Tradução Degmar Ribas Jr. Maria Helena P. Aranha, Marcelo S. Gonsalves, Marcus A. Braga, Paulo Sergio Gomes, Valdemar Kroker. Rio de Janeiro. Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BÍBLIA Sagrada (BKJ). Tradução de King James atualizada (KJA). Rio de Janeiro, Bv Filmes editora LTDA. Bv Books editora, 1 edição 2012.

BÍBLIA Sagrada Africana. Tradução de Frei Joaquim Carreira das Neves. São Paulo: Paulinas Livraria e áudio Visuais, publicação 2015.

CARNEIRO, Everton Ney. **O esquartejado e o crucificado**: narrativas míticas transgressoras. Tese de Doutorado. São Leopoldo: EST/PPG, 2015

DIOP, Cheik Anta. **The African Origin of Civilization**. A Origem Africana da Civilização – Mito ou verdade, traduzido para o Português a partir da tradução inglesa de Mercer Cook, Lawrence Hill & CO, 1974.

DIOP, Cheik Anta. **Civilization or Barbarism: an authentic anthropology**. New York: Lawrence Hill Books, 1974.

DIOP, Cheik Anta. **A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e matriarcado na antiguidade clássica**. Luanda: Edições Mulemba, 2014

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: um Teoria afrocêntrica. **Jornal de Estudos Negros**, v. 28, n. 5, p. 515-539, 1998.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOTTWALD, Norman K. **As Tribos de IAHWEH: Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C.** São Paulo: Paulus, 1986

KINCHELOE, J.L.; BERRY, K.S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII). Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casas da África, 2009.

MIGNOLO, Walter, D. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS. Nilo Rosa. **Elite e Dominação Política**. Salvador: Edcraes, 2008.

SOUSA, Romilson da Silva. O ponto de vista étnico-racial na produção do conhecimento: aspectos epistemológicos das relações étnico raciais. *in* ONERLLAS, Maria de Lurdes Soares; SOUZA, Sueli Ribeiro Mota. (Orgs.). **Entres-linhas: educação, psicanálise e subjetividade**. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 163-181.

SOUSA, Romilson da Silva. Relações Étnico-raciais na Bíblia: Elementos para uma outra racionalidade ético-civilizatória. SANTOS, Deyse Luciano de Jesus; ARAÚJO, Jurandir de Almeida; SOBRINHO, Raquel Alves. (Orgs.). **“Conhecereis a Verdade e a Verdade Vos Libertará”**: ancestralidade, religiosidades, educação e identidades. Curitiba, Editora CRV, 2020, p. 75-96.

SOUSA, Romilson da Silva. **Produção de Conhecimento na Pós-graduação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

SOUZA, Florentina Silva. **Afro-Descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

Recebido em 31/07/2020

Aceito em 15/12/2020

Received 07/31/2020

Approved 12/15/2020